

JUCESP

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

PRINT GRAF - GRAFICA E EDITORA EIRELI

CNPJ nº 05.953.553/0001-82

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, **DIEGO VITORETTI STABILE**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 13/03/1980, portador do RG nº 33.511.874-4 SSP/SP, expedido em 16/06/1995 e do CPF nº 219.872.868-04, residente e domiciliado na Rua Nilo Peçanha, nº 1562, Bairro Jardim Estoril, CEP 16200-736, em Birigui, Estado de São Paulo, **ÚNICO TITULAR** da Empresária com Responsabilidade Limitada, que gira sob a denominação social de empresarial **PRINT GRAF - GRAFICA E EDITORA EIRELI**, com sede à Rua Roberto Clark, nº 49, Bairro Centro, CEP 16200-043, em Birigui, Estado de São Paulo, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob NIRE 35600090531 em sessão de 14/11/2012, inscrita no CNPJ sob nº 05.953.553/0001-82, resolve alterar uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª - Altera-se, neste ato, o endereço da empresa para **Rua Professora Lydia Helena Frandsen Sthur - 242 - Sala 15 - Jardim Morumbi - Cep 16200-175 - Birigui/SP.**

À vista da modificação ora ajustada, e para total adequação a lei 10.406/02, consolida-se o presente contrato social, de acordo com a seguinte redação:

Cláusula 1ª - A sociedade é **EMPRESÁRIA** do tipo **RESPONSABILIDADE LTDA**, fazendo parte como titular o senhor devidamente nomeado e qualificado.

Parágrafo único - A presente é uma empresa individual de responsabilidade limitada, regida pelo dispositivo do artigo 980-A, do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 2ª - A empresa gira sob o nome empresarial **PRINT GRAF - GRAFICA E EDITORA EIRELI** e tem sede à **Rua Professora Lydia Helena Frandsen Sthur - 242 - Sala 15 - Jardim Morumbi - Cep 16200-175 - Birigui/SP.**



JUL 2003

Parágrafo único. - Para consecução de seus objetivos sociais, a empresa poderá, a qualquer tempo, criar, alterar ou extinguir estabelecimentos filiais, agências, sucursais em qualquer parte do território nacional ou fora dele, mediante alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial.

Cláusula 3ª - Tem como objeto da sociedade, a exploração do ramo de **Edição e impressão gráfica de livros, revistas, jornais, material para uso industrial, comercial e publicitário; confecção de formulários planos; comércio de artigos de escritório e papelaria, serviços de foto copiadoras, serviços fotográficos, encadernações, plastificações e documentos e impressão digital de materiais para uso industrial e comercial.**

Cláusula 4ª - O capital social será representado pela importância de **R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais)** totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País, detido, em sua totalidade, pelo Titular **DIEGO VITORETTI STABILE**.

Parágrafo Único - A responsabilidade do Titular é limitada à importância total do capital Social integralizado.

Cláusula 5ª - A sociedade iniciou suas atividades em **03/11/2003** e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 6ª - A administração da Empresa é exercida por seu titular **DIEGO VITORETTI STABILE** que fica incumbido de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, de representá-la judicial e extra-judicialmente, ativa e passivamente perante todas repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

Cláusula 7ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador procederá a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo-lhe os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 8ª - O Titular- Administrador **DIEGO VITORETTI STABILE** declara, sob as penas da Lei:

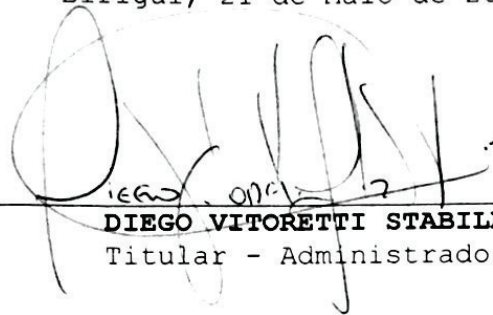
Parágrafo Primeiro - Não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional;

1

JUCESP

Parágrafo Segundo - Não estar impedido de exercer a administração da empresa; por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

Birigui, 21 de Maio de 2018.



DIEGO VITORETTI STABILE
Titular - Administrador



JUCESP